

O protagonismo da perspectiva do espaço relacional no desenvolvimento de uma Geografia Feminista

DOI: 10.54446/bcg.v13i2.3002

Maria Julia Buck Rossetto¹

Resumo

A estruturação do conhecimento geográfico perpassa a falsa neutralidade espacial. Os sentidos atrelados ao desenvolvimento da Geografia evidenciam o caráter hegemônico de uma perspectiva eurocêntrica, branca, heteronormativa e masculina nas relações socioespaciais. Apesar do histórico silenciamento, o movimento feminista contemporâneo rompe com as narrativas estruturalmente aceitas enquanto absolutas e evidencia a urgência de um posicionamento que abarque as existências múltiplas de um espaço em constante processo de devir. No decorrer deste artigo estão presentes reflexões de uma Geografia Feminista defensora da pluralidade dos sujeitos e, conseqüentemente, de uma política relacional do espaço.

PALAVRAS-CHAVE: espaço relacional, gênero, Geografia Feminista, identidades, multidimensionalidade.

1 Mestre em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Doutoranda em Geografia pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: majubr21@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5329-3674>.

Introdução

A consolidação da Geografia enquanto ciência da modernidade evidencia a não neutralidade da estruturação de suas perspectivas e narrativas de concepção espacial. No que diz respeito à assunção de sentidos na construção dos posicionamentos geográficos, a hegemonia de uma perspectiva branca, masculina e eurocêntrica se consolida enquanto absoluta, falsamente neutra, afinal “no teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra, uma vez que o feminino sempre foi menos valorizado que o masculino, inclusive no espaço, sendo uma categoria destinada ao silêncio” (PERROT, 2005, p. 3).

A negação da pluralidade inerente aos corpos, principalmente no que diz respeito ao gênero, constrói uma narrativa geográfica unificada, de maneira a adotar uma estrutura violenta de silenciamento dos corpos. Contudo, a manifestação geográfica de abordagem dos estudos de gênero constitui uma discussão que aos poucos vem se tornando cada vez mais presente. A amplitude do movimento feminista associada à crescente integração do conceito de gênero enquanto construção social facilitou a emergência de novos objetos, abordagens e posicionamentos de estudo que constituem o olhar sobre as diferenças.

Ora, se a Geografia se posiciona enquanto política e indiscutivelmente como uma narrativa poderosa acerca das constituições socioespaciais, é evidente a admissão de sentidos e afetos no que diz respeito às múltiplas vivências, ações e relações estabelecidas no eterno processo de formação espacial, dados os posicionamentos sociohistóricos. Através deste olhar, podemos evidenciar o espaço como produção social da materialização de um caráter político. Não é neutro, nem objetivo, nem fixo. Por conta disso, podemos encará-lo como uma totalidade metodológica, integrada por elementos que se transformam permanentemente: o espaço está sempre em tensão, em possibilidade de ser outro (MASSEY, 2008).

Enquanto relacional, o espaço promove a construção de possibilidades por meio de suas trajetórias constituintes, na assumida do protagonismo dos sujeitos que estabelecem apropriações, significados, relações e identidades espaciais através das marcas de distintos contextos históricos e sociais, tensionando as características atreladas ao discurso formativo das práticas espaciais.

Tais trajetórias espaciais são marcadas por elementos como gênero, raça e classe que podem ser encarados como marcas sociais dos sujeitos que colocam seus corpos em intensa negociação individual e com a coletividade hegemônica, permitindo a construção de identidades. E é neste conjunto múltiplo que as relações são capazes de colocar alguns corpos em situação de vulnerabilidade (BUTLER, 2014) em relação a outros, assumindo as assimetrias interseccionais das compreensões de barreiras e facilitadores nas vivências socioespaciais; reafirmando que,

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente

da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Lançar mão da análise embasada na construção social das relações entre as identidades e os marcadores sociais dos sujeitos abre possibilidade para uma interpretação múltipla. No que se refere à dinâmica atrelada à desigualdade de gênero, a construção social dos sujeitos pressupõe a opressão dos corpos que são lidos de maneira marginal, em um movimento de opressão e exploração.

De pronto, este artigo busca trazer à tona a faísca para um debate por muitos anos inviabilizado e silenciado na construção da ciência geográfica. Reconhecendo que ainda hoje as questões inerentes à discussão de gênero sofrem ataques e tentativas constantes de afastamento de um objeto de estudo necessário para o aprofundamento (e apropriação) da Geografia, é imprescindível a resistência por uma ruptura na falsa neutralidade da ciência geográfica, reafirmando vivências e existências espaciais que perpassam a constituição dos sujeitos e das decorrentes, e plurais, dinâmicas e espacialidades próprias do desenvolvimento de relações em um eterno processo de devir.

Na esperança de contribuir para uma Geografia Feminista preocupada com a compreensão múltipla do espaço e das identidades dos sujeitos, este artigo traz consigo o compromisso de ampliar o debate acerca da importância do espaço relacional na concepção da multiplicidade dos sujeitos e de suas distintas espacialidades, na tentativa de construções plurais de concepções geográficas.

Geografia Feminista: silenciamentos históricos, abordagens recentes

Observada através da linearidade temporal, “a Geografia Feminista nasce no contexto da segunda onda do movimento feminista, datada aproximadamente na década de 1970. No florescimento de uma cultura contestatória, favorável à mobilização social de grupos até então marginalizados ou oprimidos” (SILVA, 1998, p. 106). Contextualizando rapidamente o período,

A partir da década de setenta a emergência destes movimentos sociais consolidam novas forças políticas em vários lugares do planeta. Movimentos sociais anticoloniais, étnicos, raciais, de homossexuais, ecológicos e de mulheres, para citar os mais expressivos, despontam e modificam lugares e mentalidades (SILVA, 2000, p. 2).

Sendo a Geografia um saber que se desenvolve atrelado aos contextos histórico-espaciais, sociais e culturais específicos, vinculados a lógicas e recursos de interpretações disponíveis, é necessário ressaltar que os movimentos sociais compõem os saberes científicos e suas múltiplas maneiras de vivência e leitura da realidade, a depender dos protagonismos individuais e coletivos. Neste sentido,

Dentre os vários movimentos sociais emergentes nos anos 60, o movimento feminista foi fundamental para a inspiração da ação de geógrafas que iniciaram um movimento interno à geografia nos anos 70, sob a perspectiva de três objetivos principais: *construir a igualdade entre homens e mulheres no âmbito da disciplina; centrar as investigações geográficas sobre as mulheres; e desafiar as filosofias, conceitos e metodologias que sustentavam a hegemonia da geografia masculina* (SILVA, 2009a, p. 27 - Grifo nosso).

Independente da matriz teórica e ideológica dos movimentos de ruptura, é necessário posicionar o Feminismo enquanto pauta política de luta contrária aos silenciamentos, desigualdades, opressões e violências decorrentes de uma história marcada pelas estruturas de dominação e violência. Através da luta coletiva, o movimento feminista deve buscar a igualdade entre os sujeitos, promovendo o desenvolvimento da cidadania plena e o respeito identitário plural. Desta forma, o Feminismo tem como principal objetivo retirar raízes discriminatórias, com a finalidade de promover a modificação das pautas culturais e sociais que sustentam a desigualdade.

De encontro com o pensamento de Brah (2006), o propósito geral do Feminismo tem sido transformar as relações sociais de poder imbricadas no gênero. Relembrando Scott (1995), no desenvolvimento da epistemologia feminista, a categoria de "gênero" se concretiza no final do século XX enquanto um ato político pautado na reivindicação de um campo de definição baseado no caráter social das desigualdades entre os sujeitos. "A partir de então, é colocado à tona que as relações desiguais entre homens e mulheres não são "naturais", mas sim estabelecidas por meio das relações sociais" (HELENE, 2019, p. 953).

No Brasil, o feminismo floresce em plena ditadura militar, em contraposição a um modelo econômico fortemente opressivo e concentrador de renda. "Se, por um lado, a pressão econômica levava a uma ênfase nas questões de classe, a falta de liberdade política fazia com que a contestação procurasse espaços não proibidos para se manifestar, e os movimentos de mulheres foram um desses espaços" (REIS, 2015, p. 5). De encontro com o escrito de Calió (s/d), o movimento feminista brasileiro consolida-se através de ações "em favor da liberação sexual e da igualdade de direitos através de importantes transformações sociais, demonstrando a existência de outras relações de poder, além das de âmbito público e estatal, que cruzam as relações sociais e atuam no mundo privado e pessoal" (CALIÓ, s/d, p. 1).

Nesta perspectiva, a crítica feminista ganha radicalidade e força através das abordagens capazes de incorporar em suas problematizações o fato de que "as relações de gênero impactam as experiências, mas o exercício do poder - assim como as formas de dominação e de exploração - se dá também internamente ao grupo de *mulheres*" (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 14). Através deste viés, reafirma-se que a abordagem feminista precisa duvidar das bases epistemológicas que criam e sustentam a invisibilidade e recriar conceitos e métodos que possibilitem a análise

geográfica desses grupos e não apenas aceitar sua ausência na geografia (SILVA; ORNAT; CHIMIN JR, 2017, p. 14). Dessa forma,

Compreendendo que o gênero possui conectividades transversais com classe, etnia, idade e sexualidade, e que estas se colocam como estruturas dominantes das relações de poder, a metodologia feminista direciona atenção à diversidade, à reflexão crítica dos sujeitos investigados e à própria responsabilidade com estas vozes e suas vidas (ORNAT, 2009, p. 317).

A Geografia Feminista, portanto, tem sido o ponto de confluência entre o gênero e suas especificações relacionais. Dialogando com a fala de Silva (2009a),

Com base nessas críticas, o movimento feminista empreendido na história da geografia passou a agir com a finalidade de investigar e tornar visível a relação entre as divisões dos gêneros masculino e feminino e as divisões espaciais, com o objetivo de compreender como as duas se constroem simultaneamente e desvendar os elementos ocultos sob a aparente ordem "natural" da organização da realidade socioespacial (SILVA, 2009a, p. 31).

De acordo com Silva (2007), o gênero enquanto categoria não é capaz de comportar a multiplicidade identitária dos muitos "femininos", abrindo espaço para a constante reelaboração da identidade. Dessa maneira, assume-se o desafio do estabelecimento de recortes espaciais e temporais que, em conjunto, forneçam especificidades identitárias acerca dos grupos de interesse do trabalho exploratório de pesquisa e produção acadêmicas. Através das seleções, podemos desenvolver a compreensão de que o espaço constitui identidades, e ao mesmo tempo, é capaz de comportá-las (SILVA, 2007).

Nuances de poder na Geografia: neutralidades ilusórias, assimetrias profundas e a urgência do debate de gênero

Como evidenciado no tópico anterior, as interpretações acerca das problemáticas, constituições e transformações espaciais negaram a existência e multiplicidade feminina por um longo período. Por um viés hegemônico, a Geografia agiu em distintos contextos como um instrumento de silenciamento de narrativas e dominação sobre diferentes sujeitos. Deste modo, o avanço da ciência geográfica reproduziu em seu desenvolvimento os padrões de uma ciência eurocêntrica, heteronormativa, branca e masculina.

De acordo com Silva (2003), as omissões científicas vinculadas às múltiplas narrativas e existências espaciais expressam o poder envolvido nas imposições destes silenciamentos geográficos. O androcêntrico científico favorece o determinismo e os estereótipos no que se refere aos objetos selecionados para o desenvolvimento de um olhar socioespacial. Sendo assim, como afirma Rose (1993), não se pode negar que o conhecimento sempre foi generificado, mesmo que masculino. Logo, "os

princípios e enunciados jamais são considerados como fora de embates e medição de forças e interesses, ou seja, o científico é sempre político” (SILVA, ORNAT, CHIMIN JR, 2017: 13).

Sob a luz deste primeiro debate, podemos retomar argumentos defendidos por Foucault (1975) no que se refere às relações de poder. De maneira geral, o autor estabelece a proposição de que o poder opera na constituição da materialidade do sujeito, que simultaneamente forma e regula as subjetivações. As nuances de poder instituem e mantêm os padrões sociais, através da força dos sujeitos que têm maior alcance de mobilização de recursos para manter o poder no processo de lutas simbólicas entre os corpos.

Neste sentido, mais importante do que se fala, é como se proferem os discursos, uma vez que os significados se produzem através da relação da interlocução. Compreendendo que a ação discursiva constitui a prática das palavras, entende-se que neste caso a abordagem reside não apenas numa *forma de pensar*, mas também na problemática de sua materialização. Assim,

discursos etnicistas procuram impor noções estereotipadas de “necessidade cultural comum” sobre grupos heterogêneos com aspirações e interesses sociais diversos. Frequentemente deixam de tratar da relação entre a “diferença” e as relações sociais de poder em que ela pode estar inscrita. (...) Precisamos estar atentos à maneira como as “necessidades” são construídas e representadas em vários discursos (BRAH, 2006, p. 337).

Voltada a atenção ao contexto de desenvolvimento do discurso científico, é imprescindível abrir os olhos para os questionamentos acerca das compreensões discursivas que a Geografia historicamente alimenta, atreladas a distintos modelos e perspectivas de influência e manutenção do poder, tendendo a promover uma hegemonia eurocêntrica, branca, masculina e patriarcal disfarçada de neutralidade quando são realizadas reflexões práticas e teóricas sobre as existências espaciais. Trazendo novamente as contribuições de Silva, Ornat e Chimin Jr (2017) ao debate, temos que

É preciso desconfiar que um campo científico seja de tal forma por causa de uma essência qualquer, mas entender que foi assim constituído porque é fruto de forças e privilégios que são mascarados por conceitos e métodos aparentemente neutros, objetivos e imparciais. Uma geografia feminista questiona conceitos e métodos que podem mascarar diferenças, desigualdades e dominações e luta contra as universalizações (SILVA; ORNAT; CHIMIN JR, 2017, p. 14).

Sendo a vida em sociedade um campo de lutas pelo poder, travadas pelo alcance dos sujeitos através dos marcadores sociais trazidos em suas ações discursivas, o propósito da Geografia, então, baseia-se em explicitar as desigualdades inerentes a estes conflitos. Na realidade, temos a possibilidade de vincular a promessa

de profunda mudança social ao conhecimento geográfico. Logo, mesmo em um poder hegemônico, fraturas e instabilidades são constantemente criadas e, através das forças dos sujeitos, ampliam cada vez mais a necessidade de uma ciência plural, aliada ao compromisso social da mudança e da viabilização das múltiplas existências dos sujeitos.

Reafirmando Butler (2019), o sujeito produz discurso com o objetivo de produzir a si próprio, ou seja, seu "retrato" no tempo-espaço, sua organização, seus suportes. Em consonância a este pensamento, o pressuposto trazido por Silva, Ornat e Chimin Jr (2017), a ciência é produzida por seres humanos em seu cotidiano e, portanto, o conhecimento gerado constitui-se enquanto relacional ao tempo e espaço próprios do cientista. É necessário pontuar que a criação de teorias e instrumentais de análise são produzidos e transformados a depender do contexto histórico-social-espacial no qual os sujeitos estão inseridos, evidenciando os marcadores materializados na corporificação dos indivíduos enquanto essenciais para a compreensão da amplitude das relações e manutenções espaciais. Dessa forma, apesar das permanentes investidas de silenciamentos, a Geografia reafirma sua complexidade.

Superando uma ideia limitada de análise de mulheres na compreensão do espaço, uma Geografia Feminista atrelada ao reconhecimento da categoria de gênero na leitura das dinâmicas propostas pela compreensão científica dos fenômenos e organizações espaço-temporais, cunha uma perspectiva complexa das relações, constituídas muito além dos silenciamentos, neutralidades e dicotomias. "Compreendendo a multidimensionalidade dos sujeitos, bem como do espaço em sua pluralidade em eterna construção, caracteriza claramente uma dimensão espacial" (SILVA, 2009b, p. 84-85).

Trazendo o argumento de Silva (2000), a Geografia brasileira precisa atentar-se aos movimentos sociais, históricos e espaciais e lançar mão da categoria de gênero como mais um instrumento de análise geográfica, que conseqüentemente reflete e reproduz distintas e múltiplas contextualizações espaciais. Vale lembrar que

A geografia deve trabalhar no sentido de instrumentalizar para lidar com a espacialidade e com suas múltiplas aproximações, buscando demonstrar a compreensão da vida social refletida sobre os diferentes agentes transformadores do espaço. Desta maneira, é possível que o indivíduo perceba as contradições e os conflitos sociais e avalie as maneiras de apropriação e de organização dos grupos sociais (REIS, 2015, p. 31).

A incorporação da categoria gênero na Geografia não significa apenas uma "adição" de outra dimensão, outro "layer" de análise. Para além disso, fugindo dos possíveis binarismos e determinismos na análise espacial, é necessário impulsionar críticas e novas direções para a construção da ciência geográfica, construindo novos instrumentos, metodologias e posicionamentos. Em concordância com Calió (1991: 146) "por isso defendemos uma Geografia que analise a formação (de relações de

gênero desiguais), suas interações com o capitalismo e seu impacto sobre os indivíduos, contribuindo para a modificação da análise global da sociedade”.

“A adoção do conceito de gênero pelas geógrafas feministas permite avanços teóricos e metodológicos, além da ampliação do campo de estudos, já que o espaço passou a ser um importante elemento para a compreensão das relações de gênero” (SILVA, 2009a, p. 35). Compreendendo o “gênero como categoria e simultaneamente uma representação e, como tal, uma construção” (SILVA, 2007, p. 121), “seus elementos constitutivos nunca serão lineares, causais ou consequentes, mas formam uma complexidade permanentemente aberta pelo movimento da vivência cotidiana” (SILVA, 2007, p. 122). A partir disso, reafirmamos que a perspectiva geográfica que privilegia as multiplicidades de gênero, bem como a pluralidade identitária, se constitui enquanto um instrumento imprescindível para o desenvolvimento de um senso de valor próprio, que flui através da consciência das relações estabelecidas entre os corpos e as espacialidades constantemente produzidas e vivenciadas por eles.

Sendo o espaço parte integral da formação das subjetividades dos sujeitos, uma vez que em sua multidimensionalidade, está em constante construção identitária, podemos inferir que “cada organização espacial é produto e condição das relações de gênero instituídas socialmente, contudo, hierarquizada” (SILVA, 2009a: 35). Notamos que as relações sociais estão, portanto, associadas às distintas condições materiais de existência dos corpos, mas para além disso, envoltas em subjetividades presentes nas identidades e nas escalas relacionais nas quais estão inseridas. Logo, o espaço assume-se enquanto compositor do gênero, bem como compõem as subjetividades que o constituem.

Neste sentido, “a materialização dos corpos” (e de suas decorrentes materialidades) “é orientada por processos de demarcação e diferenciação” (BUTLER, 2019, p. 154). Através desta afirmativa, compreendermos que o corpo não é um dado estático, uno, estável e rígido, onde a categoria gênero insere significados a serem interpretados socialmente, mas “como um processo de materialização através do tempo a partir daquilo que lhe envolve, ou seja, a partir das normas de gênero” (BROSIN; TOKARSKI, 2017, p. 108).

Assumindo o gênero em seu caráter relacional, encarando-o enquanto categoria (BUTLER, 2007) essencial de compreensão interseccional (CRESHAW, 2002), voltada à análise da pluralidade dos sujeitos que produzem espacialidades e múltiplas relações sociais, reafirmamos Lavinas (1997, p. 16) no que “diz respeito às relações de dominação e opressão que transformam as diferenças desigualdades sociais ou exclusão. Isto significa que todo o indivíduo é generificado e que é nessa condição irreduzível que virá a situar-se no mundo, ter oportunidades, escolhas, trajetórias, vivências, lugares, interesses” Assim, a delimitação, a formação e a deformação dos corpos sexuados são realizadas por um conjunto de proibições fundadoras (BUTLER, 2019).

“Essa condição permite a construção da abordagem geográfica do gênero, pois as identidades e papéis sociais são exercidos concretamente através do espaço” (SILVA, 2003, p. 42). Compreendendo o gênero enquanto categoria relacional, concebemos o poder regulatório que conforma e forma os sujeitos, os quais estão expostos a regulações que podem subjetivá-los a todo momento, materializando as identidades espaciais. Por conseguinte,

Se, por um lado, essa regulação do gênero se sustenta em um conjunto de leis e mecanismos que norteiam as construções identitárias, por outro, ela não pode ser entendida como mera abstração, porque são as pessoas, por meio de suas ações concretas, que constroem a realidade generificada” (SILVA, 2009b, p. 81).

Em afirmação ao pensamento de Butler (2019) “é inerente que o corpo representa um campo político tensionado pelas relações de poder que o marcam, evidenciando que ele não é uma materialidade independente investida por relações de poder que lhes são externas, mas é aquele no qual a materialização e o investimento são coextensivos” (BUTLER, 2019, p. 68). Sendo o gênero uma construção relacional entre os corpos, sua diferenciação é materializada através das normas que os perpassam.

Dessa maneira, enquanto produto complexo de relações sociais, “a definição identitária feminina se dá intimamente ligada à construção da masculinidade, arranjando uma ligação complementar e ao mesmo tempo oposicional” (SILVA, 2003, p. 34). De encontro a este pensamento, o gênero é o conjunto de ideias que uma cultura constrói do que é *ser mulher* e *ser homem*, e tal conjunto é resultado de lutas sociais na vivência cotidiana. Rompendo com a dicotomia, o posicionamento perante a construção do gênero propõe a multiplicidade e as distintas dimensões inerentes à manifestação de poder entre os sujeitos em vários sentidos. Assim, “compreender as relações de gênero a partir de um viés geográfico é reconhecer o espaço como um produto de inter-relações, encarando-o como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, na qual trajetórias distintas coexistem e estão em constante construção” (SILVA; CESAR; PINTO, 2015, p. 24). Neste sentido, é de extrema necessidade evidenciar que,

O fato de as relações de gênero não serem evidentemente materializadas na paisagem contemporânea não significa que elas sejam a-espaciais. A ausência da abordagem de gênero na geografia brasileira se dá muito mais pela limitação em problematizar fenômenos que não estejam expressos materialmente em formas concretas do que pela não-espacialidade da dimensão social das relações de gênero (SILVA, 2009b, p. 81).

Dada a caminhada proposta até o momento e posicionado através da perspectiva trazida por Silva, Ornat e Chimin Jr (2017), que evidencia a construção

humana dos limites e fronteiras epistemológicos, este artigo atrela-se a uma Geografia Feminista, que para além da atenção e problematização das lacunas e razões dos silenciamentos, propõe distintas formas de conhecimento das questões espaciais através do tensionamento de conceitos e métodos que já são amplamente difundidos e conhecidos pela ciência geográfica, sem perder de vista as críticas e contrariedades que possam aparecer no decorrer do desenvolvimento teórico e prático das ações propostas por este trabalho. O compromisso assumido, portanto, perpassa na “abordagem das relações de gênero enquanto agentes centrais na construção do espaço, ampliando reflexões sobre as relações de gênero, entendendo-as como parte das práticas espaciais que permitem desvendar a base da organização geográfica das sociedades” (REIS, 2015, p. 12).

Dialogando com Doreen Massey: o espaço relacional na perspectiva de gênero

Através do olhar posicionado em uma Geografia Feminista, trazendo à tona o protagonismo dos sujeitos, bem como a multiplicidade das identidades constituidoras das relações sociais, assumimos a coerência com os propósitos defendidos por Massey (2008), no que diz respeito à multidimensão e a construção constante do que pode ser compreendido enquanto espaço relacional.

Estando o espaço relacional (MASSEY, 2008) em seu eterno processo de devir, os sujeitos que continuamente o constituem são múltiplos e através de suas identidades plurais, estabelecem relações sociais historicamente demarcadas, mas que são inerentes às marcas trazidas nos corpos que materializam as espacialidades construídas. Compreendendo o gênero enquanto categoria jamais concluída, plenamente fechada e compreendida, o espaço também pode ser lido enquanto uma somatória de identidades vivenciadas cotidianamente.

Prosseguindo no diálogo, assumimos o pensamento de Massey (2008), ao defender que o espaço deve ser concebido enquanto a esfera da possibilidade, da existência da multiplicidade, em coexistência com a heterogeneidade. Aqui, traçamos uma relação com o pensamento trazido por Rose (1993), ao pontuar que o espaço não é único em sua composição e decorrerá em distintas maneiras de vivência e identificação a partir da subjetividade e das marcas sociais inerentes aos sujeitos que o constituem. Por isso,

Não é possível falar de um único espaço, experimentado por todas as pessoas de modo universal. Com isso, não é possível conceber o espaço de forma total, assim como a sociedade. Até porque as interações cotidianas entre as pessoas e objetos (definidoras dos modos de apropriação) suscitam um determinado tipo de conhecimento consciente, subconsciente e ideológico que promove ações que produzem e reproduzem a estrutura social, econômica, política e cultural (ROSE, 1993 *apud*. TAVARES, 2015, p. 76).

Sendo um produto social, o espaço evidentemente reflete as práticas materiais e subjetivas dos sujeitos em consonância com suas relações sociais. “Dessa forma, o espaço não existe antes de identidades/ entidades e de suas relações” (MASSEY, 2008, p. 30), sendo integrante da constituição das mesmas. Em resumo,

Não apenas a história, mas também o espaço é aberto. Nesse espaço aberto interacional há sempre conexões ainda por serem feitas, justaposições ainda a desabrochar em interação (ou não, pois nem todas as conexões potenciais têm de ser estabelecidas), relações que podem ou não ser realizadas. Aqui, então, o espaço é, sem dúvida, um produto de relações, e para que assim o seja tem de haver multiplicidade. No entanto, não são relações de um sistema coerente, fechado, dentro do qual, como se diz, tudo já está relacionado com tudo. O espaço jamais poderá ser essa simultaneidade completa, na qual todas as interconexões já tenham sido estabelecidas e no qual todos os lugares já estão ligados a todos os outros. Um espaço, então, que não é nem um recipiente para identidades sempre-já constituídas nem um holismo completamente fechado. É um espaço de resultados imprevisíveis e de ligações ausentes. Para que o futuro seja aberto, o espaço também deve sê-lo (MASSEY, 2008, p. 32).

Por meio da articulação dos pressupostos defendidos por Massey (2008), inferimos que enquanto sujeitos, estamos, inevitavelmente, construindo espaços. Esta construção reside em coesões temporárias das articulações relacionais, estando inseridas em uma trama ilimitada de multiplicidade de trajetórias. Assumindo a interseccionalidade do processo, os caminhos constituintes das espacialidades possuem fraturas, conflitos, rupturas que demonstram a não aplicabilidade de um projeto único de política espacial, uma vez que a perspectiva totalizante das ações acaba por minar a pluralidade inerentes aos sujeitos que compõem o espaço e ativamente o constituem em múltiplas facetas.

Adotando o posicionamento da autora, em concordância com a pluralidade dos sujeitos e de suas decorrentes espacialidades, defendemos que “uma política relacional de lugar, então, envolve tanto as inevitáveis negociações apresentadas pelo encontrar-se ao acaso, quanto uma política dos termos de abertura e fechamento” (MASSEY, 2008). Neste sentido, a compreensão de que entidades e identidades são produzidas coletivamente através de práticas que formam relações, e são essas práticas e relações que a política deve enfatizar, sendo essencial para compreender a dimensão política do espaço, bem como pensar ações que evidenciam a multiplicidade inerente às espacialidades.

Através do posicionamento relacional de política espacial, trazendo à tona a necessidade de uma análise interseccional dos sujeitos e das suas decorrentes relações, temos a possibilidade de assumir a ocorrência de múltiplas violências, atreladas ao simbolismo e às próprias concepções espaciais advindas de distintos corpos. Dessa forma, o “ordinário” (tudo aquilo que se supõe que não é importante, mas que é necessário para a sustentação da vida), é configurado e às vezes configura

as geografias. Este registro espacial dá conta das espacialidades e da centralidade não somente do gênero, mas também de outros marcadores sociais dos sujeitos, ao sustentar e romper violências.

Além dos marcadores sociais, a própria violência inerente às relações espaciais constitui o "ordinário", presente na assimetria dos sentidos diferenciais do poder (FOUCAULT, 1984). Logo, a dinâmica violenta do cotidiano por muitas vezes passa despercebida aos olhares "desatentos" do saber geográfico, o que tende a esvaziar os sentidos de espaço e da potencialidade dos sujeitos que o constituem. Numa visão do espaço como dinâmico, como registro da pluralidade e da possibilidade, é crucial para a compreensão de sua multidimensionalidade as possíveis ações necessárias para uma política emancipatória do espaço. Lançamos a defesa de que para o futuro ser aberto, o espaço deve ser aberto também (MASSEY, 2008).

O espaço relacional, em sua complexidade, pode ser preenchido inúmeras vezes, de diversas maneiras, em cada uma de suas coordenadas, a depender das trajetórias plurais que o constituem (PIERCE, 2019). O espaço vivo, efervescente, inclui todos os emaranhados de relações que já foram e os que ainda serão. Enquanto vivos, em constante mudança e atividade, os corpos constituidores das espacialidades plurais possuem possibilidades de subverter discursos espaciais dominantes, seja na esfera do individual, seja na perspectiva coletiva. São estas possibilidades que podem estar alinhadas com atividades permanentes de criação de vida, evidenciando o protagonismo dos sujeitos, numa apropriação das relações e de novas maneiras de constituir espacialidades.

Através de um espaço relacional (MASSEY, 2008), podemos nos aproximar do debate trazido por Butler (2019), que sugere a discussão acerca da simultaneidade plural no sentido da garantia de possibilidades (PIERCE, 2019).

A constituição plural das espacialidades permanentemente construídas requer um tipo de espaço que possa ser simultaneamente habitado e vivenciado pelos sujeitos. Então, a multidimensionalidade das relações propicia diferentes percepções e relações estabelecidas. "A subjetividade – o local do processo de dar sentido a nossas relações com o mundo – é a modalidade em que a natureza precária e contraditória do sujeito-em-processos ganha significado ou é experimentada como identidade, dessa maneira, as mesmas "são marcadas pela multiplicidade de posições que constituem o sujeito" (BRAH, 2006, p. 371). Assim como o espaço, o caráter identitário não é fixo nem singular, sendo uma multiplicidade relacional em constante mudança. Portanto, "a identidade pode ser entendida como o próprio processo pelo qual a multiplicidade, contradição e instabilidade da subjetividade é significada como tendo coerência, continuidade, estabilidade; como tendo um núcleo – um núcleo em constante mudança" (BRAH, 2006, p. 371).

Considerações finais

No caminhar das possibilidades inerentes à Geografia, o Feminismo se constitui numa perspectiva poderosa na compreensão de uma política espacial que evidencia

a relacionalidade dos sujeitos em seus sentidos, existências e corporeidades. Permanecer em uma reprodução hegemônica de leituras e dinâmicas espaciais tende a silenciar e neutralizar subjetividades e materialidades que possibilitam uma grandiosa e potente amplitude de reconhecimento de ações, violências, permanências e lutas socioespaciais através da perspectiva geográfica.

Defendemos que a Geografia deve ser plural. Em sua constituição, sua perspectiva jamais será absoluta, mas em constante dialética e constituição. A potencialidade de um conhecimento geográfico múltiplo, que evidencia o caráter relacional dos corpos e suas conseqüentes espacialidades continuamente construídas, mantidas e disputadas, é essencial para contextualizar a ciência em seu compromisso político e social, de maneira a expor desigualdades e problematizar não somente o passado e o presente, como também o futuro. Problemático por essência, promove a reflexão e a ação das espacialidades de maneira a negar falsas neutralidades e perigosos fatalismos históricos e sociais.

Bibliografia

- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, n. 26, 2006.
- BROSIN, D.; TOKARSKI, M.L. Do gênero a norma: contribuições de Judith Butler para a filosofia política feminista. *Revista GÊNERO*, n. 1, 2017.
- BUTLER, J. *Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"*. Tradução de Veronica Daminelli, Daniel Yago Françoli. São Paulo, SP: n-1 edições: Crocodilo Edições, 2019.
- . Repensar la vulnerabilidad y la resistencia. In: *XV Simposio Internacional de la Asociación Internacional de Filósofas: Filosofía, Conocimiento y Prácticas feministas*, Conferencia Inaugural, Alcalá de Henares. 2014. p. 24-27.
- . *El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad*. Barcelona: Paidós, 2007.
- CALIÓ, S. Incorporando a Questão de Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano. *Observatório Geográfico Americalatina*. (s/d).
- . *Relações de Gênero na Cidade: uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana*. Tese (Doutorado em Geografia). FFLCH/USP. São Paulo, 1991.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 1, 2002.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- . *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. *Caderno Metropolitano*, São Paulo, v.21, n.46, 2019.
- LAVINAS, L. Gênero, Cidadania e Adolescência. In: MADEIRA, F. R. (Org.). *Quem Mandou Nascer Mulher?* Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.
- MASSEY, D. *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MIGUEL, L.; BIROLI, F. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ORNAT, M. J. Sobre Espaço e Gênero, Sexualidade e Geografia Feminista. *Terr@ Plural*, v. 2, n. 2, 2009.
- PERROT, M. *As mulheres e os silêncios da história*. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- PIERCE, J. How can we share space? Ontologies of spatial pluralism in Lefebvre, Butler and Massey. *Space and Culture*, p. 1-13. 2019.
- REIS, M. L. Estudos de Gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. *Espaço e Cultura*, UERJ, n. 38. 2015.
- ROSE, G. *Feminism & Geography: the limits of Geographical Knowledge*. Cambridge: Polity Press. 1993.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria última de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre. v. 20, n. 2, 1995.
- SILVA, J. M. Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino. *Espaço e cultura*. UERJ, Rio de Janeiro. n. 2, p. 97-109, 2007.
- . Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: SILVA, Joseli Maria (Org.). *Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade*. Ponta Grossa (PR): Todapalavra, 2009a.
- . Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: SILVA, Joseli Maria. (Org.). *Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009b.
- . Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. *Revista de História Regional*, 8(1), p. 31-45, verão de 2003.
- SILVA, J. M.; DE OLIVEIRA, C.; PINTO, T. R. A.; MORAIS, V. A. Gênero e geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. *Revista da ANPEGE*, v. 11, n. 15, 2015.
- SILVA, J. M.; ORNAT, M.; CHIMIN JR. "Não me chame de senhora, eu sou feminista!" Posicionalidade e reflexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. *GEOgraphia*. v.19, n.40. 2017.
- SILVA da, S. M. V. Geografia e gênero/geografia feminista: o que é isto?. *Boletim gaúcho de geografia*, v. 23, n. 1, 1998.
- . Os estudos de gênero no Brasil: Algumas considerações. *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, No 262, 2000.
- TAVARES, R. B. *Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero*. Tese (Doutorado em Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

The protagonism of the relational space perspective in the development of Feminist Geography

The structuring of geographic knowledge goes through a false spatial neutrality. The meanings attached to the development of Geography show the hegemonic character of a eurocentric, white, heteronormative and masculine perspective in the assumption of socio-spatial relations. Despite the historical silencing, the contemporary feminist movement breaks with the narratives structurally accepted as absolute, and highlights the urgency of a position that embraces the multiple existences of a space in constant process of becoming. Throughout this article are present reflections of a Feminist Geography, defender of the plurality of subjects and consequently, of a relational politics of space.

KEYWORDS: relational space, gender, Feminist Geography, identity, multidimensionality.

El protagonismo de la perspectiva del espacio relacional en el desarrollo de la Geografía Feminista

La estructuración del conocimiento geográfico pasa por una falsa neutralidad espacial. Los significados atribuidos al desarrollo de la Geografía muestran el carácter hegemónico de una perspectiva eurocéntrica, blanca, heteronormativa y masculina en la asunción de las relaciones socioespaciales. A pesar del silenciamiento histórico, el movimiento feminista contemporáneo rompe con las narrativas estructuralmente aceptadas como absolutas, y destaca la urgencia de una posición que abarque las múltiples existencias de un espacio en constante proceso de devenir. A lo largo de este artículo se presentan reflexiones de una Geografía Feminista, defensora de la pluralidad de sujetos y consecuentemente, de una política relacional del espacio.

PALABRAS CLAVE: espacio relacional, género, Geografía Feminista, identidad, multidimensionalidad, espacio relacional.

Artigo recebido em maio de 2023. Aprovado em outubro de 2023.